

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
FUNDAÇÃO PARAIBANA DE GESTÃO EM SAÚDE
ÁREA ADMINISTRATIVA

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

105 - CONTADOR
TIPO: B

Frase: "Barreiras são os degraus do sucesso."

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)

 SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.

 TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

 NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo IDECAN;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

 INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o CARGO deste caderno de prova coincide com o registrado no rodapé de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o TIPO de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

Proteger quem defende o ambiente

Brasil ocupa de novo o segundo lugar no ranking de ambientalistas assassinados; é preciso celeridade da Justiça em conflitos fundiários e na punição de criminosos, além de garantia dos direitos dos povos indígenas

Enquanto o Brasil arde em incêndios florestais, dados mostram um cenário violento contra aqueles que defendem o ambiente no país.

Segundo relatório da ONG britânica *Global Witness*, divulgado no dia 9, o Brasil ficou em segundo lugar em número de assassinatos de pessoas que atuam nesse setor em 2023, com 25 mortos. No primeiro lugar nefasto, a Colômbia contabilizou 79; no mundo, foram 196 - ou mais de um ativista morto a cada dois dias.

Mesmo com redução de 26% no Brasil em relação a 2022, não há o que celebrar. Pelo segundo ano consecutivo, ocupamos a infame vice-liderança do *ranking*. Quando considerada a série histórica, de 2012 a 2023, as primeiras colocações se repetem: a Colômbia teve 461 mortos, e o Brasil, 401.

A América Latina foi a região com mais ambientalistas mortos no ano passado - 85% do total.

Os fatores que mais contribuem para a estatística local são os conflitos fundiários, que envolvem violações a direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, a exploração econômica da terra, por vezes ilegal e contestada, e a fiscalização deficitária por parte do Estado.

No mundo, 49% das mortes de defensores ambientais em 2023 foram de indígenas (85) e afrodescendentes (12).

Os números referentes ao Brasil no levantamento internacional foram fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que monitora conflitos no campo.

De acordo com a entidade, os embates quebraram recorde no Brasil em 2023, com 2.203 ocorrências. Desse total, 1.724 se trataram de disputas por terra. Tal número, possivelmente subnotificado, mostra que não é só a letalidade que preocupa, mas também expulsões, despejos, ameaças e destruição de bens.

Tampouco apenas ambientalistas vivem sob ameaça. Jornalistas, por terem papel fundamental na busca dos fatos em contextos de conflito, correm risco.

Na Amazônia, por exemplo, a ONG Instituto Vladimir Herzog registrou 230 casos de violência contra profissionais da imprensa nos últimos dez anos - entre eles, 9 homicídios. Um dos mais brutais foram os assassinatos do repórter britânico Dom Phillips e do

indigenista brasileiro Bruno Pereira em 2022.

Um país que pretende ser exemplo internacional no tema ambiental tem o dever óbvio de conter a violência nesse setor. É preciso celeridade e eficiência no sistema de Justiça para resolver contendas fundiárias, respeitar os direitos dos povos indígenas e punir no rigor da lei os ataques contra ambientalistas.

Jornal Folha de São Paulo - 16/09/2024.

Questão 01

As ideias articuladas no trecho "Mesmo com redução de 26% no Brasil em relação a 2022, não há o que celebrar. Pelo segundo ano consecutivo, ocupamos a infame vice-liderança do *ranking*." permanecem articuladas mantendo os mesmos nexos entre elas apenas em:

- (A) O número de assassinatos de pessoas que defendem o ambiente no Brasil aumentou 26%, por isso não há o que celebrar, já que ocupamos a hedionda vice-liderança do *ranking* de países em que estes assassinatos mais ocorrem no mundo.
- (B) Pelo segundo ano consecutivo, o Brasil está ocupando a detestável vice-liderança do *ranking* do número de assassinatos de pessoas que defendem o ambiente, isto porque conseguiu celebrar uma redução de 26% no número destes casos.
- (C) O Brasil conseguiu reduzir em 26% o número de assassinatos de pessoas que defendem o ambiente no país, com isso, caiu para a ainda péssima vice-liderança do *ranking* deste número de assassinatos no mundo.
- (D) Com redução de 26% no Brasil em relação a 2022, ocupamos a infame vice-liderança do *ranking* de assassinatos de pessoas que defendem o ambiente no mundo, portanto, não há o que celebrar.
- (E) O Brasil não tem como celebrar a redução de 26% no número de assassinatos de pessoas que defendem o ambiente no país, pois continuamos ocupando a indesejada segunda posição no *ranking* destes assassinatos no mundo.

Questão 02

Na oração "No mundo, 49% das mortes de defensores ambientais em 2023 foram de indígenas (85) e afrodescendentes (12).", é correto afirmar que a vírgula

- (A) é facultativa a oração por estar indicando a elipse de um verbo e não gerar ambiguidade.
- (B) é obrigatória na oração por ser utilizada após um adjunto adverbial deslocado.
- (C) é obrigatória na oração por estar indicando a elipse de um verbo.
- (D) é obrigatória na oração, e está empregada para separar termos coordenados.
- (E) é facultativa na oração e está utilizada após um adjunto adverbial deslocado.

Questão 03

O texto apresenta em seu título, proteger quem defende o ambiente, um objetivo que o autor acredita dever ser das autoridades brasileiras. O único dos itens abaixo que é apresentado pelo autor como um motivo diretamente relacionado a esta obrigação é

- (A) o número de casos de violência contra profissionais da imprensa registrado pelo Instituto Vladimir Herzog.
- (B) o fato de um jornalista britânico ter sido assassinado no Brasil enquanto produzia reportagem sobre a exploração ilegal de áreas indígenas na Amazônia.
- (C) o alto número de disputas de terra fornecido pela Comissão Pastoral da Terra.
- (D) o fato de o Brasil pretender ser exemplo internacional no tema ambiental.
- (E) o fato de a maioria das mortes de defensores ambientais ter ocorrido nos grupos de indígenas e afrodescendentes.

Questão 04

O primeiro parágrafo do texto analisado diz que "Enquanto o Brasil arde em incêndios florestais, dados mostram um cenário violento contra aqueles que defendem o ambiente no país." A afirmação permanece com o mesmo sentido, e a mesma adequação em termos de estrutura apenas na opção:

- (A) Apesar dos incêndios florestais criminosos que afligem o Brasil, aqueles que defendem o ambiente no país estão submetidos a um cenário de dados violentos contra si.
- (B) De acordo com dados, quanto mais violento é o cenário enfrentado por aqueles que defendem o ambiente, mais o Brasil arde em incêndios florestais.
- (C) Ao mesmo tempo em que o Brasil arde em incêndios florestais, aqueles que defendem o ambiente no país enfrentam um cenário violento, conforme dados.
- (D) Conforme dados, o Brasil arde em incêndios florestais por causa do cenário violento enfrentado por aqueles que defendem o ambiente no país.
- (E) O cenário violento enfrentado por aqueles que defendem o ambiente no país ocorre após o Brasil sofrer com incêndios florestais criminosos, conforme dados.

Questão 05

Ao articular um texto coeso, é necessário que o autor apresente e retome alguns assuntos. Para isso, são utilizadas algumas expressões, denominadas "expressões referenciais". Sabendo disso, identifique a única alternativa que indica o assunto retomado no último parágrafo por meio da expressão "contendas fundiárias".

- (A) Os conflitos causados pela disputa por terras.
- (B) Os crimes que envolvem expulsões, despejos, ameaças e destruição de bens da população ribeirinha.
- (C) A exploração do garimpo em terras indígenas demarcadas.
- (D) A impunidade dos assassinos de ambientalistas.
- (E) A disputa entre o agronegócio e os ambientalistas.

Questão 06

De acordo com a estruturação de seus parágrafos, os textos, de modo geral, são classificados em alguns tipos textuais principais. O tipo textual que predomina no texto em análise é o

- (A) narrativo.
- (B) dissertativo-argumentativo.
- (C) dissertativo-expositivo.
- (D) injuntivo.
- (E) descritivo.

Questão 07

No período "Jornalistas, **por terem papel fundamental na busca dos fatos em contextos de conflito**, correm risco.", o trecho destacado exerce a função sintática de

- (A) oração coordenada assindética conclusiva.
- (B) oração coordenada sindética explicativa.
- (C) oração subordinada substantiva apositiva.
- (D) oração subordinada adverbial.
- (E) oração subordinada adjetiva.

Questão 08

Sabe-se que as palavras em português podem ter significados diferentes dependendo do contexto em que são utilizadas. No segundo parágrafo de nosso texto, a palavra "nefasto" significa

- (A) enorme.
- (B) inesperado.
- (C) vultoso.
- (D) macabro.
- (E) fausto.

Questão 09

Por meio do emprego dos tempos e modos verbais, podemos alterar o sentido dos textos que produzimos. Por exemplo, na oração. "O Brasil perdeu 25 pessoas que atuavam na proteção ao ambiente em 2023. Um número horrível, mas mesmo assim menor do que as 27 pessoas que o país tinha perdido em 2022." O sentido só permanece exatamente o mesmo na opção

- (A) O Brasil perdeu 25 pessoas que atuavam na proteção ao ambiente em 2023. Um número horrível, mas mesmo assim menor do que as 27 pessoas que o país perde em 2022.
- (B) O Brasil perdeu 25 pessoas que atuavam na proteção ao ambiente em 2023. Um número horrível, mas mesmo assim menor do que as 27 pessoas que o país perderia em 2022.
- (C) O Brasil perdeu 25 pessoas que atuavam na proteção ao ambiente em 2023. Um número horrível, mas mesmo assim menor do que as 27 pessoas que o país perdera em 2022.
- (D) O Brasil perdeu 25 pessoas que atuavam na proteção ao ambiente em 2023. Um número horrível, mas mesmo assim menor do que as 27 pessoas que o país perderá em 2022.
- (E) O Brasil perdeu 25 pessoas que atuavam na proteção ao ambiente em 2023. Um número horrível, mas mesmo assim menor do que as 27 pessoas que o país perdia em 2022.

Questão 10

Assinale a única alternativa em que o verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase.

- (A) Seria fundamental que nunca _____(faltar) aos jovens jogadores de futebol, mesmo em suas derrotas mais sentidas, a liberdade inclusa nos sonhos.
- (B) É pena que _____(faltar) aos jovens atletas de hoje em dia a referência esportiva de pessoas como Sócrates, Zico e Pelé.
- (C) Para que não _____(restringir) o sonho de um jovem, as imposições do mundo do futebol devem ter sua importância relativizada.
- (D) Não se _____(delegar) apenas aos clubes a missão de preparar os jovens atletas para o caso de não se firmarem como profissionais do futebol.
- (E) Entre as possibilidades de futuro que _____(examinar) considera o clube que o elemento comum a seus atletas é o sonho de tirar a família da pobreza.

Questão 11

Assinale a opção correta no que se refere ao emprego da forma pronominal em substituição ao termo "seus cargos" na oração "Os candidatos eleitos assumirão seus cargos a partir de 1º de janeiro."

- (A) Os candidatos eleitos vão assumi-lhes a partir de 1º de janeiro.
- (B) Os candidatos eleitos assumir-lhes-ão a partir de 1º de janeiro.
- (C) Os candidatos eleitos assumi-los-ão a partir de 1º de janeiro.
- (D) Os candidatos eleitos assumirão-nos a partir de 1º de janeiro.
- (E) Os candidatos eleitos lhes assumirão a partir de 1º de janeiro.

Questão 12

Assinale o único fragmento em que a palavra "que" se classifica como uma preposição.

- (A) O governo tem que investigar os assassinatos de ambientalistas com máxima urgência.
- (B) A polícia prendeu os homens que mataram Dom Phillips.
- (C) Que número alarmante o de ambientalistas mortos na Colômbia em 2023!
- (D) É necessário que se esclareçam os crimes contra ambientalistas.
- (E) Queremos que estes assassinos sejam punidos exemplarmente.

Questão 13

A colocação pronominal é um dos assuntos em que mais a língua coloquial se diferencia da norma culta, pois suas regras, na linguagem coloquial são pouco observadas. Sabendo disso, assinale a única alternativa em que a colocação pronominal atende às regras da norma culta da língua portuguesa.

- (A) Se encontram na Amazônia os conflitos ambientais mais graves.
- (B) Foi na Amazônia onde encontraram-se os corpos de Dom Phillips e de Bruno Pereira.
- (C) Jamais me falaram sobre os riscos a que os jornalistas estavam submetidos.
- (D) Ninguém explicou-lhes o que gerou tantos conflitos entre as pessoas.
- (E) Não é só a letalidade que preocupa-nos em relação às disputas por terra.

Questão 14

Assinale entre as alternativas abaixo a única em que todas as palavras estão escritas da forma correta.

- (A) As autoridades brasileiras não podem procrastinar a punição dos criminosos que atuam na Amazônia.
- (B) A ganância faz com que as pessoas considerem que precisam de coisas que sabemos ser supérfluas.
- (C) Não é por coincidência que os povos originários sejam as principais vítimas da violência contra os defensores do meio ambiente.
- (D) Deve haver uma fiscalização intinerante ao longo de todo o Brasil para evitar a exploração econômica ilegal de nossas terras.
- (E) O governo não pode aquiescer aos assassinatos de ambientalistas no Brasil.

Questão 15

Assinale a única alternativa em que a palavra destacada tem seu processo de formação corretamente identificado.

- (A) A região com mais ambientalistas mortos no ano passado, **infelizmente**, foi a América Latina. – Derivação parassintética
- (B) Os incêndios florestais vão **empobrecer** a biodiversidade brasileira. – Derivação sufixal
- (C) O **trabalho** dos ambientalistas é importante para o país. – Derivação regressiva
- (D) Sinto falta do **verde** das florestas. – Derivação regressiva
- (E) O **bafômetro** permite determinar a concentração de bebida alcoólica analisando o ar exalado dos pulmões de uma pessoa. – Derivação sufixal

Legislação do SUS

Questão 16

Com base no artigo 199 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a participação da iniciativa privada na assistência à saúde, analise as afirmações a seguir sobre a atuação da iniciativa privada e a interface com o Sistema Único de Saúde (SUS) e marque a opção correta.

- (A) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, desde que a sua atuação se limite à oferta de serviços complementares ao SUS, sem possibilidade de concorrência direta com os serviços públicos.
- (B) O artigo 199 da Constituição permite a participação de instituições privadas na assistência à saúde, mas veda a destinação de recursos públicos a essas instituições, exceto em situações de calamidade pública devidamente declarada pelas autoridades competentes.
- (C) A participação de instituições privadas na assistência à saúde, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, deve se dar de forma complementar ao SUS, sendo proibido qualquer tipo de remuneração ou contraprestação financeira por parte do Estado.
- (D) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e a participação das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos ocorre de forma complementar ao SUS, podendo haver contratos ou convênios com o poder público, conforme regulamentação legal, para atuação subsidiária.
- (E) A pesquisa e a manipulação genética em seres humanos são proibidas pela Constituição Federal de 1988, exceto se realizadas por instituições privadas com autorização do SUS e sob supervisão de órgãos internacionais.

Questão 17

Tendo em vista os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.142/1990, que dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros, analise as alternativas a seguir e marque a opção correta, conforme o ordenamento jurídico vigente.

- (A) A transferência regular e automática de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, é realizada diretamente por meio de repasses, cabendo ao Ministério da Economia autorizar esses repasses.
- (B) As Conferências de Saúde são convocadas para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde, sendo obrigatoriamente realizadas a cada quatro anos, com a participação de representantes dos diversos segmentos sociais.
- (C) A Conferência de Saúde, prevista no artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, é o órgão responsável por aprovar o orçamento anual do SUS, sendo de caráter consultivo, devendo ser convocada ordinariamente a cada três anos, e extraordinariamente a qualquer tempo pelo Ministério da Saúde.
- (D) O Conselho de Saúde, segundo o artigo 2º da Lei nº 8.142/1990, é um órgão de deliberação colegiada, composto exclusivamente por profissionais de saúde e gestores do SUS, e tem como atribuição a formulação de políticas públicas de saúde.
- (E) O Conselho de Saúde tem caráter deliberativo e permanente, composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde.

Questão 18

O artigo 200 da Constituição Federal de 1988 estabelece as competências do Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando as diretrizes deste artigo no contexto da organização e execução das ações de saúde pública no Brasil, marque a opção correta.

- (A) É competência do SUS organizar e controlar a formação de recursos humanos na área da saúde, incluindo a definição de currículos e programas educacionais de todas as instituições de ensino superior de saúde, por meio de resoluções da Comissão Nacional de Saúde.
- (B) Ao SUS cabe a participação na fiscalização da produção, transporte e comercialização de substâncias, produtos e equipamentos de interesse para a saúde, em articulação com órgãos competentes, mantendo a responsabilidade pela autorização de práticas industriais com potencial de impacto na saúde coletiva.
- (C) Compete ao SUS fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendendo o controle de seu teor nutricional, bem como de bebidas e águas para consumo humano, além de promover o desenvolvimento de novas tecnologias que visem à segurança alimentar da população.
- (D) Compete ao SUS, em cooperação com outras entidades federativas, executar diretamente as ações de controle sanitário internacional, assumindo a coordenação centralizada de tais atividades, garantindo que estas não interfiram na autonomia dos estados.
- (E) O Sistema Único de Saúde é responsável por colaborar na proteção ambiental, no entanto, esta colaboração limita-se às ações que envolvam diretamente a saúde ocupacional e a prevenção de doenças do trabalho.

Questão 19

Conforme a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), identifique a alternativa que reflete corretamente as diretrizes e princípios apresentados no Artigo 4 dessa portaria.

- (A) A política de Atenção Básica prioriza a atuação das equipes de Saúde da Família, que são responsáveis por atender uma população adscrita de forma flexível, considerando as peculiaridades do território e priorizando a parcialidade do cuidado.
- (B) A territorialização e a adscrição populacional são estratégias fundamentais estabelecidas pela PNAB para planejar e programar as ações da Atenção Básica, permitindo a criação de vínculos entre as equipes de saúde e as comunidades atendidas.
- (C) A PNAB determina que a Atenção Básica deve ser conduzida por equipes multiprofissionais e que a inclusão de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é opcional, a depender das condições locais.
- (D) O artigo 4 da PNAB afirma que a Atenção Básica deve ser organizada de maneira hierárquica, de modo a centralizar os serviços de saúde nos grandes centros urbanos, onde há mais capacidade técnica e financeira.
- (E) O princípio de resolutividade da Atenção Básica se baseia na utilização de tecnologias de alta complexidade, de modo a garantir uma resposta imediata às demandas de saúde de maior gravidade.

Questão 20

A Lei Orgânica da Saúde (Lei n.º 8.080/1990) estabelece as diretrizes fundamentais para a organização, direção e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nas disposições do Capítulo III da Lei n.º 8.080/1990, marque a opção correta sobre a organização, direção e gestão do SUS.

- (A) A organização dos serviços de saúde no SUS respeita o princípio da justiça, que se traduz na oferta de todos os tipos de serviços e procedimentos em todas as unidades de saúde, a despeito da complexidade exigida para os casos a serem tratados.
- (B) As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são instâncias colegiadas de pactuação entre os gestores do SUS, sendo responsáveis por estabelecer diretrizes e políticas integradas que possibilitem a articulação interfederativa.
- (C) A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é de competência única do Ministério da Saúde, que possui autonomia para formular e executar políticas públicas de saúde em nível nacional, estadual e municipal, cabendo aos estados e municípios a execução técnica das ações.
- (D) O princípio da descentralização política-administrativa do SUS assegura a divisão equitativa de recursos financeiros e tecnológicos, ainda que a direção em nível nacional continue sob o controle centralizado da União.
- (E) A regionalização e a hierarquização dos serviços de saúde referem-se ao agrupamento de municípios em regiões de saúde, cada uma autônoma e responsável pela totalidade de suas ações e serviços, sem a necessidade de articulação com outras regiões ou esferas de governo.

Questão 21

Considerando os princípios doutrinários e a evolução histórica do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, avalie as afirmativas abaixo e assinale o item correto.

- (A) A Lei Orgânica da Saúde estabeleceu que a universalidade e a descentralização da gestão do SUS implicam, além do repasse de competências aos estados e municípios, a criação de mecanismos obrigatórios de pactuação intergestores.
- (B) A universalidade assegura o acesso integral, com equidade, a todos os níveis de atenção à saúde, e tem como pressuposto a gratuidade total dos serviços de saúde para toda a população, financiada especificamente pelo Governo Federal.
- (C) A equidade visa corrigir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde. No entanto, na prática, o modelo organizacional do SUS implementado desde a sua criação permitiu que a alocação de recursos permanecesse homogênea entre as diferentes regiões do Brasil.
- (D) O controle social no SUS é exercido através dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde, e sua função é consultiva, não havendo prerrogativa de deliberação. Essa limitação estrutural dificulta a real efetivação do princípio da participação social na gestão do sistema.
- (E) A plena implementação da integralidade tem sido comprometida ao longo do tempo por limitações no financiamento tripartite (federal, estadual e municipal), as quais afetam a integração entre os níveis de atenção, especialmente a atenção primária.

Questão 22

Com base na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), marque a opção correta que apresenta de forma precisa os princípios e diretrizes organizacionais do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando as atribuições, competências e ações de vigilância descritas nos dispositivos legais.

- (A) O SUS, conforme o artigo 5º, tem como diretriz a exclusividade na prestação de serviços de saúde pela União, estados e municípios, com a vigilância sanitária sendo de competência unilateral da União, voltada principalmente para o controle de doenças transmissíveis.
- (B) O artigo 6º define que o campo de atuação do SUS abrange a execução de ações de vigilância epidemiológica e sanitária, assim como a organização e regulação da formação de recursos humanos para a saúde.
- (C) O artigo 5º da Lei trata da definição das atribuições do SUS em âmbito federal, estadual e municipal, estabelecendo que o controle de qualidade dos serviços de saúde deve ser feito pela União, sendo vedada a cooperação entre os entes federados no cumprimento dessas atribuições.
- (D) Segundo o artigo 6º, as ações de vigilância sanitária, epidemiológica e a organização dos serviços públicos de saúde estão sob a coordenação dos estados, sendo estes responsáveis exclusivos pela execução dessas atividades.
- (E) O artigo 5º da Lei estabelece que a formulação da política de saúde deve ser de competência do Ministério da Saúde, com ações descentralizadas, porém de forma uniforme em todo o território nacional, sendo a vigilância epidemiológica e sanitária de competência única do governo federal.

Questão 23

A consagração da descentralização político-administrativa do Sistema Único de Saúde (SUS) é um marco fundamental na reestruturação da saúde pública no Brasil. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização do SUS, prevista pela Constituição Federal de 1988, garante que os municípios possam ser responsáveis pela criação de 80% das políticas públicas de saúde em suas jurisdições.
- (B) A descentralização do SUS promove a autonomia plena dos municípios, garantindo-lhes a capacidade de executar todas as ações de saúde eximindo-se da necessidade de coordenação com as esferas estaduais e federais.
- (C) A descentralização do SUS, conforme estabelecido pelo Pacto Federativo, elimina a necessidade de mecanismos de controle social, priorizando a gestão administrativa dos municípios.
- (D) A descentralização político-administrativa do SUS implica uma redistribuição equitativa de recursos financeiros entre os entes federativos, assegurando que todos os municípios recebam a mesma quantidade de verbas, conforme a universalidade.
- (E) A descentralização do SUS fortalece a coordenação tripartite entre União, estados e municípios, garantindo a participação no planejamento e execução das políticas públicas de saúde, com a divisão de responsabilidades de acordo com a capacidade de cada ente.

Questão 24

Com base na Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde, conforme disposto no Artigo 3º, analise as seguintes afirmativas sobre a promoção da dignidade e dos direitos dos usuários no sistema de saúde e marque a opção correta.

- (A) O Artigo 3º assegura que toda pessoa usuária do sistema de saúde tem o dever de seguir rigorosamente as orientações fornecidas pelos profissionais, sem possibilidade de questionamento, uma vez que a saúde pública é uma prioridade coletiva.
- (B) A pessoa usuária da saúde tem o direito de participar ativamente de todas as decisões relacionadas ao seu cuidado, incluindo a escolha de tratamentos, mesmo que essas decisões possam conflitar com as orientações técnicas e éticas do profissional de saúde.
- (C) O Artigo 3º garante que a pessoa usuária tem o direito de solicitar, em qualquer momento, a interrupção do tratamento, independentemente das condições clínicas ou da gravidade do quadro, uma vez que a autonomia da pessoa é soberana em todas as situações de cuidado.
- (D) O princípio da autonomia do paciente é um direito que deve ser exercido em consonância com o respeito às evidências científicas e aos protocolos estabelecidos, sendo o diálogo entre profissionais e usuários fundamental para a tomada de decisões.
- (E) A Carta prevê no Artigo 3º que a confidencialidade das informações médicas é garantida apenas em situações de internação hospitalar, sendo que em atendimentos ambulatoriais essa prerrogativa pode ser flexibilizada.

Questão 25

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelece critérios específicos sobre a infraestrutura, ambiência e funcionamento das Unidades de Atenção Básica (UABs). Levando em conta os requisitos dessa portaria, avalie as alternativas a seguir e marque a opção correta.

- (A) A organização dos fluxos internos e a disposição física dos ambientes das Unidades de Atenção Básica são determinados pelo gestor municipal, devendo priorizar a racionalidade dos processos de trabalho e a economia de recursos financeiros.
- (B) A ambiência das Unidades de Atenção Básica deve priorizar sumariamente o conforto dos profissionais de saúde, uma vez que a criação de um ambiente acolhedor para os trabalhadores é fundamental para garantir um serviço de saúde eficiente e de qualidade.
- (C) O horário de funcionamento das Unidades de Atenção Básica deve ser flexível, definido pela equipe gestora local de acordo com a demanda da comunidade, podendo ser reduzido nos períodos de baixa procura, desde que o acesso aos serviços essenciais seja garantido.
- (D) A infraestrutura das Unidades de Atenção Básica deve garantir a acessibilidade universal, observando adaptações para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, sendo responsabilidade do município assegurar a implementação dessas adaptações em conformidade com as normativas da ABNT.
- (E) A ambiência das Unidades de Atenção Básica, conforme a Portaria nº 2.436, de 2017, deve promover um ambiente acolhedor, respeitando a diversidade cultural, garantindo a segurança do espaço e a acessibilidade, além de estimular práticas de educação permanente para os profissionais da saúde.

Estatuto da PB Saúde

Questão 26

Na forma do Estatuto da PB Saúde - Decreto Estadual nº 40.096 de 28 de fevereiro de 2020, a competência, dentre outras, de admitir, promover, aplicar sanções, dispensar e praticar os demais atos compreendidos na administração de pessoal, de acordo com as normas e critérios previstos em lei e aprovados pela Direção Superior, podendo delegar estas atribuições no todo ou em parte pertence, corretamente

- (A) ao Diretor Administrativo e Financeiro da PB Saúde.
- (B) ao Superintendente da PB Saúde.
- (C) ao Presidente do Conselho Fiscal da PB Saúde.
- (D) ao Chefe do Poder Executivo Estadual.
- (E) ao Diretor de Saúde da PB Saúde.

Questão 27

Aduz o Estatuto da PB Saúde (Decreto Estadual nº 40.096 de 28 de fevereiro de 2020) que o Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, seis de seus membros. Sobre tal medida, podemos assinalar corretamente apenas o colacionado em:

- (A) As reuniões extraordinárias podem se realizar a qualquer tempo, quando o assunto de relevância o exigir, e serão convocadas pelo Presidente ou por pelo menos seis dos membros do Conselho, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
- (B) As decisões do Conselho de Administração deverão ser publicadas no sítio eletrônico da PB Saúde, mesmo quando contiverem matéria de natureza estratégica e/ou sigilosa, cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse público.
- (C) As reuniões do Conselho de Administração serão obrigatoriamente instaladas mediante presença de maioria absoluta e com a participação de pelo menos um membro da Direção Superior da PB Saúde.
- (D) O registro das reuniões do Conselho de Administração será realizado por meio de gravação de áudio convertida em ata sintética, contendo a pauta, os assuntos deliberados, o resultado nominal de eventuais votações, os encaminhamentos recomendados à Direção Superior, devendo o banco de dados dos áudios e as atas sintéticas ficarem arquivados juntamente com a lista de presença dos participantes da reunião, incluídos os convidados.
- (E) O aviso de convocação da reunião mencionará local, data, hora, matéria a ser tratada sendo expedido por meio físico aos Conselheiros, acompanhados de cópia dos documentos necessários à discussão da pauta.

Questão 28

Prevê o Estatuto da PB Saúde (Decreto Estadual nº 40.096, de 28 de fevereiro de 2020) que a contratação de obras, serviços, compras e alienações pela PB Saúde será precedida de procedimento licitatório, podendo dispor de regulamento interno de compras (RIC), para contratações e alienações relacionadas à sua atividade-fim, observados os princípios que regem a Administração Pública. Ainda, sem prejuízo da observância do disposto na legislação federal, o regulamento interno de compras da PB Saúde poderá prever a inexigibilidade de procedimento licitatório para contratação de especialistas e empresas especializadas para a execução de trabalhos técnicos ou científicos, e para os seguintes serviços técnicos, conforme o corretamente esposado apenas em:

- (A) Treinamento, contratação e aperfeiçoamento de pessoal; dentre outros.
- (B) Estudos técnicos, acadêmicos, planejamentos e projetos executivos; dentre outros.
- (C) Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; dentre outros.
- (D) Assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras, comerciais, publicitárias ou tributárias; dentre outros.
- (E) Pareceres, relatórios, perícias, e avaliações em geral; dentre outros.

Questão 29

À luz do Decreto Estadual Nº 44.504 , de 05 de dezembro de 2023 (Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba), temos que o processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado e regulamentado deverá respeitar o contraditório e ampla defesa pela Comissão de Ética. Sobre tal demanda, marque a alternativa correta.

- (A) A aplicação das sanções previstas nesse Código não implica prejuízo das penalidades previstas na Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Paraíba, bem como no regime jurídico específico aplicável ao cargo, função ou emprego público, nem das responsabilidades penais e cíveis estabelecidas em lei.
- (B) As Comissões de Ética devem encaminhar relatório ao chefe imediato do funcionário sancionado, relatando o grau de censurabilidade da conduta.
- (C) As condutas que configurem violação a este Código, após apuradas, podem resultar em censura ética, recomendação sobre a conduta adequada, advertência ou demissão.
- (D) As Comissões de Ética, sempre que constatarem a possível ocorrência de ilícitos penais, cíveis ou administrativos, encaminharão cópia dos autos às autoridades competentes para apuração dos fatos, em substituições às medidas de sua competência.
- (E) Os processos decorrentes de violação ao Código classificam-se como sigilosos, pautando-se pelas determinações gerais da Lei Complementar nº 58/2003, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Paraíba.

Questão 30

Tomando por base o inculcado no Decreto Estadual Nº 44.504, de 05 de dezembro de 2023 (Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba), são condutas a serem observadas pelo servidor e empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba, apenas as corretamente enumeradas em:

- (A) Viabilizar a publicidade dos atos administrativos por meio de ações transparentes e com uso de linguagem de fácil compreensão; Zelar pela fidedignidade e integridade dos dados, registros, atos administrativos e de sistemas de informação sob sua responsabilidade; dentre outros.
- (B) Providenciar a cobertura jornalística de atividades e atos da Direção Superior da PB Saúde; assessorar na construção de diretrizes que permitam um efetivo processo de planejamento e desenvolvimento institucional; dentre outras.
- (C) Promover a representação da PB Saúde junto aos órgãos de imprensa, quando solicitado; acompanhar leis, decretos e outros atos que possam interferir no ciclo de vida da PB Saúde e propor medidas adequadas, sempre que necessário; dentre outras.
- (D) Manter adequada a gestão dos processos e atividade na área de comunicação da PB Saúde, contendo informações sobre o seu andamento; aconselhar matérias sobre a aquisição de bens conforme o Regulamento Interno de Compras e Contratações de Serviços; dentre outras.
- (E) Elaborar documentos, formular diretrizes e/ou elaborar planos de trabalho na área de comunicação; assessorar o processo de tomada de decisão no âmbito estratégico da PB Saúde; dentre outras.

Conhecimentos Específicos

Questão 31

A Lei nº 9.430/96 dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e dá outras providências. Segundo o disposto na legislação para a determinação do saldo de imposto de renda a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido alguns valores, conforme apresentado na seguinte alternativa:

- (A) Valor do imposto de renda pago ou retido na fonte; valor da contribuição social realizada no período; valor dos prejuízos acumulados em períodos anteriores.
- (B) Valor dos incentivos fiscais de redução e isenção do imposto; valores decorrentes de receita financeira para as entidades comerciais.
- (C) Valor do imposto de renda pago ou retido na fonte; valor decorrente de perdas extraordinárias e aqueles provenientes de ganhos de capital.
- (D) Valor dos incentivos fiscais de dedução do imposto; valor dos impostos diferidos passivos; valor dos prejuízos superiores a 20 mil reais mensal.
- (E) Valor dos incentivos fiscais de dedução do imposto, observando o disposto na legislação; valor do imposto de renda pago ou retido na fonte.

Questão 32

A classificação da receita orçamentária por natureza é utilizada por todos os entes da Federação. Tal classificação visa

- (A) criar indicativos de desempenho e performance do ente arrecadador junto à sociedade, demonstrando as suas taxas de eficiência e eficácia.
- (B) identificar a responsabilidade institucional pela arrecadação, além de destinar recursos para os programas estabelecidos.
- (C) demonstrar a aplicação dos recursos pelo ente público para atender a demanda da sociedade em determinado período de tempo.
- (D) privilegiar o aspecto gerencial dos orçamentos, criando elo entre o planejamento e orçamento demonstrando os bens e serviços gerados.
- (E) identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.

Questão 33

A execução da despesa orçamentária ocorre em três fases. Dessa forma, quando se refere ao empenho, é correto afirmar que

- (A) caracteriza-se como ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (B) pode ser classificado em 3 tipos, sendo que o empenho ordinário é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.
- (C) o empenho estimativo é o utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
- (D) caracteriza-se pela verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (E) caracteriza-se como despacho emitido por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga.

Questão 34

Segundo dispõe a Lei nº 6.404/76, as companhias podem criar títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, chamadas de partes beneficiárias. A esse respeito, assinale a alternativa que corretamente apresenta uma característica de partes beneficiárias.

- (A) As companhias abertas e fechadas possuem a prerrogativa de emissão de partes beneficiárias.
- (B) Para as companhias fica facultado a emissão de quantas classes ou séries acharem necessárias, não havendo uma quantidade predeterminada.
- (C) A participação das partes beneficiárias não poderá ultrapassar 5% dos lucros.
- (D) Os direitos de acionistas são também aplicáveis às partes beneficiárias, exceto o de fiscalizar os atos dos administradores da empresa.
- (E) Os titulares das partes beneficiárias possuem direito a crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais.

Questão 35

O demonstrativo no qual se apura o resultado patrimonial do período por meio do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas é o(a)

- (A) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) Demonstração do Valor Adicionado.
- (C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Balanço Financeiro.
- (E) Balanço Patrimonial.

Questão 36

A partir dos resultados apresentados na DRE de uma determinada empresa, é possível obter as seguintes informações: Lucro líquido R\$ 150.000; Vendas líquidas R\$ 500.000; Custos das vendas R\$ 150.000; Lucro Bruto R\$ 350.000. Considerando esses dados, infere-se que o índice de retorno das vendas para o período foi de

- (A) 70%
- (B) 15%
- (C) 30%
- (D) 28,6%
- (E) 6,7%

Questão 37

Entre as possibilidades de alteração de organização das sociedades/empresas, estão a incorporação, fusão e cisão. Sobre a cisão, está correto o que se apresenta em:

- (A) A cisão total ocorre quando há transferência para uma única companhia de todos os direitos e obrigações da empresa cindida, enquanto que na cisão parcial a divisão do capital é feita entre mais de uma empresa interessada.
- (B) Em caso de cisão, a sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida sucede a esta nos direitos, não se responsabilizando pelas obrigações da empresa cindida.
- (C) O ato de cisão parcial poderá estipular que as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio serão responsáveis apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade entre si ou com a companhia cindida, podendo qualquer credor anterior opor-se à estipulação, em relação ao seu crédito, devendo notificar a sociedade no prazo de 90 dias a contar da data da publicação dos atos da cisão.
- (D) Para que ocorra a cisão é necessário haver aprovação por parte dos stakeholders, principalmente aqueles que estão diretamente impactados pela transformação da sociedade, como é o caso dos empregados e fornecedores.
- (E) A cisão pode ocorrer com interesse na extensão de mercado, quando há a junção de duas sociedades que atuam no mesmo segmento, mas estão em mercados diferentes.

Questão 38

Entre os diversos tipos de orçamento, tem-se o orçamento-programa. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta informação correta sobre esse tipo de orçamento.

- (A) É necessário realizar o detalhamento e justificar todas as despesas todos os anos, considerando cada item uma nova iniciativa. Não considera os gastos dos anos anteriores.
- (B) Baseia-se no orçamento anterior, fazendo-se ajustes para compensar a inflação do período.
- (C) A estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão.
- (D) Não realiza acompanhamento e medição do trabalho, nem dos resultados das atividades desempenhadas.
- (E) A estrutura do orçamento observa aspectos administrativos e de planejamento; usando a classificação funcional-programática.

Questão 39

As despesas orçamentárias devidamente empenhadas, mas que não foram pagas, serão inscritas em restos a pagar. Para que ocorra a inscrição em restos a pagar, deve-se observar

- (A) as disponibilidades orçamentárias e condições estabelecidas na LOA, de modo que não extrapole a fixação de despesa planejada para o exercício.
- (B) a disponibilidade de recursos orçamentários proveniente de excesso de arrecadação para que ocorra a abertura créditos especiais, como fonte de recurso para quitação da obrigação contraída.
- (C) a expectativa de arrecadação de recursos suficientes para a realização do pagamento da despesa empenhada, de maneira que o registro como restos a pagar tenha indicação da fonte da receita para quitação.
- (D) as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- (E) o período no qual a inscrição em restos a pagar está ocorrendo, sendo vedado o registro no último ano de mandato do governante, evitando contrair dívida que não possa ser integralmente paga no exercício vigente.

Questão 40

O demonstrativo contábil aplicado às entidades de setor público que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, denomina-se

- (A) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (B) Balanço Patrimonial.
- (C) Balanço Financeiro.
- (D) Balanço Orçamentário.
- (E) Previsão Orçamentária.

Questão 41

A contabilidade gerencial surgiu a partir da contabilidade financeira e é cada vez mais útil aos seus usuários por meio das informações que gera, na medida em que desenvolve e oferece métodos mais eficientes. Com relação às características da contabilidade gerencial, assinale a alternativa correta.

- (A) A contabilidade gerencial adota os relatórios e modelos estabelecidos pelos órgãos reguladores tais como a Comissão Mobiliária de Valores, a Superintendência de Seguros Privados e o Banco Central do Brasil visando a padronização dos mesmos.
- (B) A contabilidade gerencial é obrigatória a todas as entidades, seguindo os padrões internacionais por meio da adoção dos procedimentos contábeis divulgados pelos CPCs.
- (C) A contabilidade gerencial oferece informações de interesse dos investidores, fornecedores, bancos, governo por meio da publicação dos seus relatórios financeiros, auxiliando na tomada de decisão.
- (D) A contabilidade gerencial faz o registro dos fatos sem influenciar nas suas ocorrências. É imparcial à medida que procura fornecer informações aos seus usuários.
- (E) A contabilidade gerencial tem por finalidade suprir os usuários internos (empregados, gerentes e executivos) de informações que possibilitem tomar decisões para reduzir custos, aumentar a eficiência dos processos produtivos e melhorar a qualidade dos seus produtos.

Questão 42

Conforme apresentado na Lei nº 4.320/64, classificam-se como despesas de custeio as dotações para

- (A) despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços.
- (B) transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.
- (C) manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (D) investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar.
- (E) contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

Questão 43

Assinale a alternativa que corretamente lista as empresas que podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

- (A) Filiais ou agência de representação de empresas estrangeiras que tenham sede no exterior cujo faturamento anual esteja limitado a R\$ 5,2 milhões.
- (B) Pessoas jurídicas constituídas sob a forma de cooperativas, que tenham por missão o desenvolvimento regional que facilitam o acesso ao crédito para os seus cooperados.
- (C) A pessoa jurídica cujo sócio ou titular seja administrador de outra pessoa jurídica cujo faturamento anual seja superior a R\$ 4,8 milhões.
- (D) A empresa individual de responsabilidade limitada que aufera receita bruta anual inferior a R\$ 4,8 milhões, ainda que em seu capital haja participação de outra pessoa jurídica.
- (E) A sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que aufera receita bruta anual inferior a R\$ 4,8 milhões, observando os enquadramentos dentro desse limite para microempresa e empresa de pequeno porte.

Questão 44

Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento. Assinale a alternativa que apresenta a destinação dos créditos especiais e a indicação da fonte de recursos.

- (A) Os créditos especiais são destinados a despesas não previstas na LOA, sem haver a necessidade de indicação de fonte de recursos.
- (B) Os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; para a sua abertura pode ser usado o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
- (C) Os créditos especiais são destinados a despesas urgentes e imprevistas, não sendo necessária a indicação de fonte de recurso.
- (D) Os créditos especiais são destinados a reforço de dotação orçamentária, podendo ser utilizados para a sua abertura os créditos resultantes de anulação parcial ou total de outras dotações orçamentárias.
- (E) Os créditos especiais são destinados a despesas não pagas em exercícios anteriores por insuficiência de caixa, não sendo necessária a indicação de fonte para o exercício vigente, pois é componente do orçamento anterior.

Questão 45

O ISS é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, e a competência tributária é dos municípios e do Distrito Federal. Sobre o ISS, marque a opção correta.

- (A) Nas legislações municipais fica estabelecido que o contribuinte é o tomador do serviço, o qual se responsabiliza pelo recolhimento do valor correspondente ao serviço.
- (B) Deve ser devidamente apurado e recolhido aos cofres públicos mediante a aplicação de alíquota correspondente sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários e operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- (C) A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2%, enquanto a alíquota máxima é de 10%.
- (D) O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas em lei.
- (E) O imposto incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos e membros de conselho consultivo de sociedades e fundações.

Questão 46

Assinale a alternativa correta sobre as ações preferenciais, considerando o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

- (A) As ações preferenciais são as negociadas em bolsa de valores, enquanto as ações ordinárias são emitidas para companhias fechadas.
- (B) As ações preferenciais conferem aos seus titulares o direito a voto nas assembleias da companhia, concedendo o direito de escolha de todos os integrantes do conselho administrativo e fiscal.
- (C) O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 30% do total das ações emitidas.
- (D) As ações preferenciais são conversíveis em ações ordinárias a qualquer momento, de acordo com a vontade do acionista proprietário da ação, devendo este encaminhar pedido a administração solicitando a conversão, independente de previsão estatutária.
- (E) As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo; em prioridade no reembolso do capital.

Questão 47

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) determinou a obrigatoriedade da elaboração e divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido para as companhias abertas. Sobre tal demonstração, está correto o que se afirma em:

- (A) É composta por diversas contas entre elas aquelas que apresentam os impostos diferidos tanto ativos como passivos, evidenciando as obrigações e direitos da entidade junto ao ente público arrecadador.
- (B) Apresenta de forma resumida o resultado do exercício por meio do confronto entre receitas e despesas, indicando o percurso da empresa ao seu resultado final, ainda indica a participação no capital dos sócios controladores e dos não controladores.
- (C) Difere das demais demonstrações, pois as informações ali publicadas e divulgadas possuem cunho gerencial, sendo considerada como indicativo de desempenho dos gestores no exercício de suas atividades.
- (D) Fornece informações sobre a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do patrimônio líquido (PL); fazendo a indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no PL durante o exercício.
- (E) Tem a finalidade de demonstrar a movimentação da conta de prejuízos e lucros acumulados, incluindo a evidenciação do resultado do período, as transferências e reversões de reservas, e as distribuições de lucros e parcelas para aumento do capital.

Questão 48

Em relação à Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), assinale a alternativa correta.

- (A) Auxilia os usuários da informação contábil a tomarem decisão acertada, pois demonstra o desempenho econômico da entidade durante determinado período.
- (B) Demonstra de forma pormenorizada a geração de valor criado pela empresa, demonstrando como esses foram distribuídos para os sócios, governo, empregados, entre outros.
- (C) Demonstra a situação patrimonial da entidade por meio da divulgação de ativos e obrigações junto a terceiros, bem como a movimentação financeira que consumiu o caixa.
- (D) É uma demonstração obrigatória para as empresas de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00.
- (E) É uma demonstração que indica a geração e o consumo de caixa e seus equivalentes por meio das atividades de financiamento, investimento, operacional.

Questão 49

Determinada empresa adquiriu em fevereiro/2020 um maquinário pelo valor de R\$ 400.000 e incorreu em custos de instalação de R\$ 50.000; o maquinário ficou pronto para uso no início de abril/2020, e espera-se que este seja útil por um período de 10 anos. O valor residual estimado é de R\$ 150.000. No final de agosto/2022 a empresa vendeu a máquina por R\$ 250.000. Com base nos dados, assinale a alternativa que apresenta o valor da depreciação acumulada até a data da venda e o resultado da venda do equipamento (lucro ou prejuízo).

- (A) Depreciação acumulada R\$ 108.750; prejuízo R\$ 41.250
- (B) Depreciação acumulada R\$ 64.583,33; prejuízo R\$ 85.416,67
- (C) Depreciação acumulada R\$ 60.416,67; prejuízo R\$ 139.583,33
- (D) Depreciação acumulada R\$ 72.500; prejuízo R\$ 127.500
- (E) Depreciação acumulada R\$ 77.500; prejuízo R\$ 122.500

Questão 50

A auditoria no setor público contribui para a boa governança ao fornecer aos usuários informações confiáveis, aperfeiçoando a transparência e efetividade, além de outros benefícios. Dentro do setor público, a auditoria pode ser classificada em três tipos. Assim, está correto o que se afirma em:

- (A) Auditoria de processos foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- (B) Auditoria econômica foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.
- (C) Auditoria financeira avalia se os recursos públicos estão sendo aplicados de forma correta, apurando possíveis desvios e apresentando recomendações para correção e aperfeiçoamento do uso dos recursos disponíveis.
- (D) Auditoria operacional é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- (E) Auditoria de conformidade foca em determinar se um particular objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios. É realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.

Questão 51

Considerando as informações apresentadas pela empresa XNL para o exercício de 20X1, faça a análise vertical do ativo patrimonial e assinale a alternativa que apresenta o índice de participação dos estoques com relação ao ativo total.

Balanço Patrimonial Ano 20X1			
Ativo	500.000	Passivo	500.000
Ativo Circulante	300.000	Passivo Circulante	160.000
Disponibilidades	120.000	Fornecedores a pagar	95.000
Clientes a receber	80.000	Salários a pagar	65.000
Estoques	100.000	Passivo Não Circulante	120.000
Ativo Não Circulante	200.000	Financiamento a pagar LP	120.000
Realizável a Longo Prazo	50.000	Patrimônio Líquido	220.000
Imobilizado	130.000	Capital Social	200.000
Intangível	20.000	Reserva de Lucro	20.000

- (A) 25%
- (B) 20%
- (C) 15%
- (D) 30%
- (E) 33,33%

Questão 52

Entre as técnicas utilizadas pela contabilidade está a auditoria. Nesse sentido, assinale a alternativa que corretamente apresenta o seu objetivo.

- (A) O objetivo da auditoria é a instrução dos administradores e gestores do negócio sobre as normas contábeis e sobre a melhor forma de divulgação e elaboração das demonstrações contábeis, para que essas forneçam informações relevantes aos seus usuários.
- (B) A auditoria visa fornecer informações sobre a entidade para os usuários externos que de outra forma não teriam acesso a informações seguras e relevantes que os auxiliem na tomada de decisão.
- (C) O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Tal objetivo é alcançado mediante a manifestação de opinião de auditor sobre as demonstrações contábeis que foram elaboradas.
- (D) A auditoria tem por objetivo a elaboração das demonstrações contábeis da entidade, incentivando a adoção das técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- (E) O objetivo da auditoria é confirmar que as demonstrações contábeis estão totalmente livre de erro e vícios, ficando os auditores responsáveis pelas informações constantes nas demonstrações auditadas.

Questão 53

O anexo de metas fiscais é um dos documentos que devem integrar a lei de diretrizes orçamentárias. Sobre este anexo, marque a opção correta.

- (A) No anexo de metas fiscais se estabelecem as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (B) No anexo de metas fiscais serão apresentadas as notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.
- (C) No anexo de metas fiscais são apresentados os indicadores de desempenho que servirão de base para posterior avaliação da execução do orçamento do exercício a que se refere.
- (D) No anexo de metas fiscais serão apresentados os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.
- (E) No anexo de metas fiscais serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Questão 54

O documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base a outros documentos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação é o(a)

- (A) Projeto básico.
- (B) Termo de referência (TR).
- (C) Estudo técnico preliminar (ETP).
- (D) Edital.
- (E) Minuta de contrato.

Questão 55

A Cia PBL apresentou os seguintes saldos em seu balancete:

Conta	Valor (\$)
Contas a pagar	25.000
Fornecedores	35.000
Seguros a apropriar	3.500
Marcas e patentes	80.000
Caixa	10.000
Ações em tesouraria	20.000
Contas a receber (curto prazo)	15.000
Reserva para contingência	19.000
Reserva estatutária	5.000
Tributo a recuperar	12.000
FGTS a recolher	5.000
Receita com vendas	120.000
Depreciação acumulada	13.000
Veículos	100.000
Financiamentos a pagar (longo prazo)	20.000
Estoque	45.000
Despesa com depreciação	13.000

Com base nas informações, assinale a opção que demonstra corretamente o valor do ativo da empresa.

- (A) R\$ 252.500
- (B) R\$ 297.500
- (C) R\$ 294.000
- (D) R\$ 278.500
- (E) R\$ 298.500

Questão 56

O licitante ou o contratado que cometer as infrações tipificadas na Lei nº 14.133/2021 será responsabilizado administrativamente, podendo receber as seguintes sanções administrativas:

- (A) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; impedimento de licitar contratar ou licitar; multa; e advertência.
- (B) impedimento de licitar; declaração de inexecutabilidade; multa; e advertência.
- (C) advertência; declaração de incapacidade técnica; multa; e declaração de inobservância do edital.
- (D) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; multa; confisco de bens dos sócios; e advertência.
- (E) declaração de inidoneidade; ressarcimento ao erário dos danos causados; e impedimento de financiamento com dinheiro público.

Questão 57

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o ciclo orçamentário seja composto por três leis, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual. Sobre a lei orçamentária anual, está correto o que se afirma em:

- (A) Orienta a elaboração orçamentária, compreendendo as prioridades e metas em consonância com o PPA, se referindo apenas ao exercício financeiro subsequente.
- (B) O projeto de Lei da LOA deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso até quatro meses antes do final do exercício financeiro, e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.
- (C) Estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas para administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) Compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social; estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas para administração pública federal e apreciado pelo presidente do senado o qual manifestará pela aprovação ou veto da proposta.
- (E) Dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências financeiras oficiais de fomento. O poder executivo deve enviar ao congresso para apreciação até a data de 31 de agosto.

Questão 58

A retenção de tributos e contribuições (CSLL, COFINS, PIS/Pasep) nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços tem por base de cálculo e alíquotas o disposto na seguinte alternativa:

- (A) A base de cálculo será o valor líquido da nota ou documento fiscal, sendo as alíquotas 1% para a CSLL, 3,6% para a COFINS e 1,65% para o PIS/Pasep.
- (B) A base de cálculo será o valor bruto da nota ou documento fiscal, sendo as alíquotas 1% para a CSLL, 3% para a COFINS e 0,65% para o PIS/Pasep.
- (C) A base de cálculo será o valor do serviço presente no documento fiscal deduzidos o valor dos materiais, sendo as alíquotas 1% para a CSLL, 3,5% para a COFINS e 1,65% para o PIS/Pasep.
- (D) A base de cálculo será o valor bruto da nota deduzidos os custos da prestação do serviço, sendo as alíquotas 3% para a CSLL, 7,5% para a COFINS e 3,6% para o PIS/Pasep.
- (E) A base de cálculo será o valor bruto da nota ou documento fiscal, sendo as alíquotas 4,65% para a CSLL, 3% para a COFINS e 1% para o PIS/Pasep.

Questão 59

O demonstrativo contábil aplicado às entidades de setor público em que é feita a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, sendo uma maneira de cumprir com as obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público, é chamado de

- (A) Previsão Orçamentária.
- (B) Lei Orçamentária Anual.
- (C) Balanço Financeiro.
- (D) Relatório de Receitas e Despesas.
- (E) Balanço Orçamentário.

Questão 60

Em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), é correto afirmar que ele é um

- (A) sistema que mantém atualizado o cadastro oficial dos Órgãos e Entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal.
- (B) sistema que coordena e administra as empresas estatais por meio do qual é possível obter acesso aos relatórios financeiros e de gestão de tais entidades.
- (C) sistema por meio do qual é possível fazer a compra e venda de títulos públicos da União.
- (D) sistema informatizado que processa e controla, por meio de terminais instalados em todo o território nacional, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta federal, e indireta.
- (E) sistema de gestão de informação governamental que possibilita o uso por diversos usuários, simultaneamente, promovendo o acesso à informação sobre a administração pública, sendo usado para atendimento do princípio da transparência e publicidade.

Questão 61

A Lei complementar nº 101/00 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e, além de outros temas, determina o limite de gastos dos entes federados para a despesa total com pessoal. Assim, está correto o que é especificado na seguinte alternativa:

- (A) Não poderá ultrapassar o limite de 50% para a União; 50% para os estados e 60% para os municípios da previsão de receita para o período.
- (B) Deverá estar limitada a 50% para a União e 60% para os estados e municípios da receita arrecadada no exercício anterior.
- (C) Não poderá exceder os percentuais de 50% para a União e 60% para os estados e municípios da receita corrente líquida.
- (D) Deve-se observar os limites estabelecidos anualmente no anexo das metas fiscais, sendo necessário a aprovação pelo legislativo do ente federado.
- (E) Não poderá ultrapassar o limite de 40% para a União; 50% para os estados e 60% para os municípios da receita corrente líquida.

Questão 62

O conflito de interesse pode ser caracterizado como situação em que há confronto de pretensões públicas e privadas que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar o desempenho da função pública. Dessa forma, assinale a alternativa que apresenta informação correta sobre o conflito de interesse na esfera pública.

- (A) Configura conflito de interesse o exercício de atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe.
- (B) Nas relações com outros entes públicos, na eventual existência de conflito de interesse, o servidor ou empregado público pode esclarecer ou não a circunstância ou fato impeditivo da sua participação, devendo observar se há conhecimento de outros servidores.
- (C) A ação imparcial do servidor público no desempenho das suas atividades, sem julgamento prévio, configura-se como ação antiética e conflito de interesse.
- (D) O servidor público que divulgar informações, para terceiros, que estão ao seu acesso em função do exercício de atividades do cargo que ocupa está praticando ação antiética e que conflita com o interesse público.
- (E) A existência de conflito de interesse depende da existência de prova de lesão ao patrimônio público, do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo servidor, empregado público ou terceiro.

Questão 63

Conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, mediante previsão no edital. Dessa forma, marque a alternativa que apresenta uma das modalidades da prestação de garantia.

- (A) Bens imóveis dados em garantia.
- (B) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- (C) Convênio estabelecido entre empresas do mesmo ramo, em que garante o serviço dos integrantes.
- (D) Fiança, assegurada por meio de um fiador (pessoa física).
- (E) Cessão de direitos a receber com terceiros.

Questão 64

Na demonstração do resultado do exercício, determinada empresa apresentou os seguintes saldos ao final do trimestre:

Deduções de vendas – R\$ 30.000
Custo da mercadoria vendida – R\$ 75.000
Receita bruta com vendas – R\$ 230.000
Despesas financeiras – R\$ 4.800
Impostos sobre vendas – R\$ 34.500
Despesas administrativas – R\$ 45.000

Considerando apenas essas informações, escolha a alternativa que demonstra o lucro bruto da entidade no período avaliado.

- (A) R\$ 165.500
- (B) R\$ 40.700
- (C) R\$ 195.500
- (D) R\$ 90.500
- (E) R\$ 200.000

Questão 65

Considerando que uma empresa apresentou os dados abaixo, selecione a opção que apresenta o Valor adicionado líquido gerado pela empresa no exercício em questão.

Descrição	\$
Vendas de mercadorias	300.000
Custo mercadoria vendida	85.000
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	30.000
Depreciação	22.000
Resultado positivo de equivalência patrimonial	15.000
Receitas financeiras	27.000

- (A) R\$ 42.000,00
- (B) R\$ 205.000,00
- (C) R\$ 115.000,00
- (D) R\$ 163.000,00
- (E) R\$ 185.000,00